

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.569.540 - SP (2019/0249716-9)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **HUMBERTO STANYSLAWS CARDOSO BIANCHI**
ADVOGADO : **HUMBERTO STANYSLAWS CARDOSO BIANCHI - SP313535**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **FLAVIO OLIMPIO DE AZEVEDO - SP034248**
 : **MILENA PIRÁGINE - SP178962**
 : **BRUNO DA COSTA CRUZ - SP380810**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HUMBERTO STANYSLAWS CARDOSO BIANCHI contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Ementa: Ação de indenização por dano moral. Envio de cartão com função múltipla: débito e crédito. Cartão necessário para movimentação da conta corrente do autor. Dano moral não configurados. Recurso desprovido" (fl. 147, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, o recorrente aponta violação do art. 39, III, do Código de Defesa do Consumidor, ao fundamento de que seria abusiva a atitude da Instituição bancária, ora recorrida, em enviar-lhe cartão múltiplo sem prévia solicitação (acumulando função crédito e débito). Aduz, que o evento ocorrido seria o bastante para caracterizar o dano moral.

Postula a reforma do acórdão estadual, a fim de reconhecer a prática abusiva realizada pelo recorrido, e, por consequência condená-lo ao pagamento de indenização por danos morais em favor do recorrente.

Com as contrarrazões, foi negado seguimento ao recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência merece provimento.

Com efeito, o acórdão atacado afastou o cabimento do pedido de indenização por danos morais, amparado na seguinte fundamentação:

"Não se verifica no caso em exame abalo à esfera moral do autor pelo envio por parte do réu de cartão com função múltipla à sua residência, embora tenha requerido somente cartão com função débito. Isso porque, não ficou demonstrado a ocorrência de qualquer prejuízo com o envio do cartão com função múltipla. Não há sequer alegação de que a função crédito tenha sido indevidamente ativada contra sua vontade.

No caso em exame, o autor é correntista do banco réu, sendo-lhe enviado cartão múltiplo para que possa movimentar sua conta corrente por meio da modalidade débito, sendo facultativa sua utilização na modalidade crédito.

*Prestação de serviços - Contrato bancário - Afirmado pelo autor que lhe foi enviado pelos réus cartão de crédito 'Visa' sem a sua solicitação - Pretensão do autor de que os réus sejam impedidos de enviar produtos sem a sua solicitação, bem como indenizem os danos morais causados a ele Inadmissibilidade - Cartão discutido que não consiste em cartão de crédito, mas cartão de débito, com opção crédito, vinculado à conta corrente de titularidade do autor - Ativação da função crédito por opção do autor que estava sujeita ao seu desbloqueio - **Cartão encaminhado pelo banco corréu ao autor que é necessário à movimentação da conta corrente de sua titularidade, a qual não é objeto de discussão Inaplicabilidade da Súmula 532 do STJ - Prática abusiva por parte dos réus não evidenciada.** Responsabilidade civil - Dano moral - Prática abusiva que, mesmo que pudesse ser reconhecida, não geraria ao autor direito à indenização por danos morais - Mero envio de cartão de crédito não solicitado que não configura dano moral puro, decorrente do próprio ato violador - Autor que não comprovou nenhum desdobramento danoso derivado do envio do cartão múltiplo questionado Indenização por danos morais afastada Sentença reformada nesse ponto - Reduzida a procedência parcial da ação - Apelo do banco corréu provido em parte. Responsabilidade civil - Dano moral - Pleiteada pelo autor a majoração da indenização por danos morais - Afastada a indenização a esse título, que havia sido concedida na sentença Perda do objeto - Recurso adesivo do autor prejudicado" (fls. 149-150, e-STJ - grifos no original).*

Em sede de embargos de declaração, o tribunal de origem acrescentou:

O embargante, conforme salientado no julgado, não comprovou ter sofrido nenhuma cobrança decorrente do envio de cartão de múltipla função.

O cartão enviado ao autor possui a função débito, não sendo exclusivamente um cartão de crédito, sendo essencial para a movimentação da conta corrente, razão pela qual é inaplicável a Súmula 532 do STJ.

Por essa razão, não ficou verificada prática abusiva por parte do banco, afastando-se a aplicação do artigo 39, III, do CDC, bem como o reconhecimento de abalo à esfera moral do autor" (fl. 246, e-STJ).

Todavia, esse entendimento diverge da jurisprudência sedimentada nesta Corte

Superior, cristalizada na Súmula n. 532, no sentido de que *"constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa"*.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 427 DO CÓDIGO CIVIL E 30 DO CDC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. ALTERAÇÃO DO VALOR DA MULTA COMINATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há que se falar em violação ao artigo 535 do CPC, quando o Tribunal local apreciou, ainda que de forma contrária à pretensão das partes, a insurgência posta na lide e apresentou os fundamentos em que apoiou suas conclusões.

2. Caracteriza prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito a consumidor sem solicitação prévia. Precedentes.

3. A jurisprudência desta Corte já se firmou no sentido de que a multa cominatória fixada na instância a quo somente poderá ser revisada nos casos em que o valor seja irrisório ou exagerado, o que não ocorreu no presente caso, atraindo o óbice da Súmula 7/STJ.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento"

(EDcl no AREsp 528.668/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 26/08/2014)

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL - INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1. O envio de cartão de crédito sem solicitação prévia configura prática comercial abusiva, dando ensejo à responsabilização civil por dano moral. Precedentes.

2. A ausência de inscrição do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes não afasta a responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, porque o dano, nessa hipótese, é presumido.

3. Restabelecido o quantum indenizatório fixado na sentença, por mostrar-se adequado e conforme os parâmetros estabelecidos pelo STJ para casos semelhantes.

4. Agravo regimental desprovido"

(AgRg no AREsp 275.047/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 29/04/2014)

"RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA. ABUSO DE DIREITO CONFIGURADO.

1. O envio do cartão de crédito, ainda que bloqueado, sem pedido pretérito e exposto do consumidor, caracteriza prática comercial abusiva, violando frontalmente o disposto no artigo 39, III, do Código de

Defesa do Consumidor.

2. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.

3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO"

(REsp 1199117/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/03/2013.)

Cumpra assinalar, que a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de que a atitude da Instituição bancária configura ato ilícito indenizável, independentemente da múltipla função e do bloqueio da função crédito.

Vejamos:

"RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO. PRÁTICA COMERCIAL ABUSIVA. ABUSO DE DIREITO CONFIGURADO.

1. O envio do cartão de crédito, ainda que bloqueado, sem pedido pretérito e expresse do consumidor, caracteriza prática comercial abusiva, violando frontalmente o disposto no artigo 39, III, do Código de Defesa do Consumidor.

2. Doutrina e jurisprudência acerca do tema.

3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO"

(REsp 1199117/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/03/2013)

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. MULTA IMPOSTA PELO PROCON. ENVIO DE CARTÃO COM FUNÇÃO CRÉDITO SEM QUE TENHA SIDO SOLICITADA PELO CONSUMIDOR. ART. 39, INCISO III, DO CDC. CONDOTA ABUSIVA. MULTA. FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Os acórdãos recorridos - tanto da apelação quanto dos embargos de declaração juntados respectivamente às fls. 859/870 e 889/898 dos autos - se manifestaram de forma suficiente e fundamentada sobre todas as questões colocadas em Juízo, decidindo satisfatoriamente a controvérsia em exame. Assim, tendo sido abordados todos os aspectos essenciais para o deslinde da questão, é de se rejeitar a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC suscitada pela parte recorrente.

2. Conforme analisado pela Corte de origem, a conduta constatada diz respeito ao fato de a parte recorrente ter enviado um 'cartão de crédito múltiplo, sem que tivesse havido solicitação a parte do consumidor'. Ou seja, o pedido do consumidor não disse respeito a um cartão de crédito múltiplo, tendo sido a conduta comprovada a partir dos elementos fáticos e probatórios constantes dos autos.

3. O art. 39, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor veda a prática de enviar ao consumidor produtos ou serviços não requeridos por ele. Nesse ponto, cai por terra a alegação da parte recorrente de que o cartão enviado estaria com a função crédito inativada, pois tal argumento é irrelevante para o deslinde da controvérsia. Isso porque, pelo o que consta do acórdão impugnado, o pedido da consumidora se restringiu a um cartão de débito, tão somente, não havendo registro de que tenha

havido qualquer manifestação de vontade por parte dela quanto ao cartão múltiplo.

4. Há a abusividade da conduta com o simples envio do cartão de crédito, sem pedido pretérito e expreso do consumidor, independentemente da múltipla função e do bloqueio da função crédito, pois tutelam-se os interesses dos consumidores em fase pré-contratual, evitando a ocorrência de abuso de direito na atuação dos fornecedores na relação consumerista com esse tipo de prática comercial, absolutamente contrária à boa-fé objetiva. Precedentes: REsp 1199117/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/03/2013; AgRg no AREsp 152.596/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2012, DJe 28/05/2012.

5. O Tribunal a quo se manifestou acerca da legalidade nos critérios utilizados na fixação de penalidade e pela presença de motivação suficiente para a aplicação da multa de R\$ 158.240,00 (cento e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta reais). Assim, para análise da pretensão do recorrente, no sentido de que não houve fundamentação na aplicação dos critérios utilizados na fixação de penalidade acima do patamar mínimo legal e motivação suficiente para a aplicação da multa, seria necessário o reexame da matéria fático probatória, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do verbete de Súmula nº 7 desta Egrégia Corte.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (REsp 1261513/SP, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013 - grifou-se)

O quantum indenizatório deve ser arbitrado em valor razoável, de modo a preservar a dupla finalidade da condenação, qual seja, a de punir o ato ilícito cometido e a de reparar o sofrimento experimentado pela vítima, considerando as peculiaridades subjetivas do caso.

Na hipótese em exame, conforme se extrai das razões de decidir do acórdão recorrido, houve apenas o envio do cartão com a função crédito, sem qualquer tipo de cobrança ou anuidade.

Em virtude dessa circunstância, arbitro os danos morais em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, a fim de condenar o recorrido ao pagamento de indenização por danos morais ao recorrente no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), devendo arcar, ainda, integralmente com os ônus sucumbenciais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator